

Família, Laços e Sofrimento Psíquico

Maria Consuêlo Passos

Doutora em Psicologia Social pela PUC, S.P.
Pesquisadora de psicanálise da família. Psicanalista e professora do Pós Graduação em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco.

End.: R. Zeferino Galvão, 100/903. CEP: 51111-110
- Recife-PE.

E-mail: mcpassos@uol.com.br

Resumo

A constituição dos laços na família tem suscitado muitas interrogações, sobretudo quando levamos em conta os desdobramentos desse grupo no cenário da sociedade atual, cujas características apontam para a fragilidade, descontinuidade e fragmentação das relações. Neste contexto, os laços parentais, como fundamentos da estruturação psíquica da criança e de sua subjetivação, também se transformam, exigem novas saídas e, muitas vezes, geram dificuldades na constituição psíquica dos filhos. São impasses relacionados a uma precariedade no exercício das funções parentais e nas referências simbólicas da família, recursos indispensáveis ao amadurecimento da criança e à emergência das relações intersubjetivas no grupo. Essas condições têm produzido uma dinâmica familiar na qual sintomas e sofrimentos psíquicos funcionam,

muitas vezes, como mecanismos defensivos do grupo e dos sujeitos. Tais inquietações atravessam as reflexões desenvolvidas neste trabalho, que tem como objetivo discutir a constituição dos laços na família, articulando-os com a emergência de sofrimentos psíquicos contemporâneos. Estes sofrimentos se mostram, em muitas situações, associados a um empobrecimento simbólico que se dá, sobretudo, no interior da família. Questões como: constituição do psiquismo, parentalidades, laços e sofrimento psíquico são articuladas visando contribuir não só para a clínica como também para as intervenções realizadas pelos agentes de saúde pública.

Palavras-chave: *Família, relação pais-filhos, referências simbólicas, autoridade parental, sofrimento psíquico.*

Family, Ties and Psychic Suffering

Abstract

The establishment of family ties raises many questions, especially when we take into account the ramifications of that group in the current society, the characteristics of which point to the weakness, fragmentation and discontinuity of relations. In this context, parental ties, as foundations of psychic structure of the child and of its subjectivity, are, also, transformed, sometimes, generating difficulties for children's psychic constitution. These impasses are related to the precariousness of parental functions and family's symbolic references, resources indispensable for the child's growth and to the emergence of intersubjective relations in the group. These conditions produce a family dynamics in which symptoms and psychic sufferings often work as defensive mechanisms for the group and for the subjects. Such concerns permeate the reflections developed in this study, which has

the aim to discuss family linkages constitution, articulating them with the emergency of contemporary modes of psychological suffering. These sufferings are shown to be, in many situations, associated with a symbolic pauperization that takes place inside the family. Issues such as: psychological structure; parenthood; linkages and psychological suffering are articulated in order to contribute, not only to the clinic, but also to the public health agents' interventions.

Keywords: *Family, parents-children relationship, symbolic references, parental authority, psychic suffering.*

Familia, Lazos y Sufrimiento Psíquico

Resumen

La composición de los lazos en la familia ha causado muchas indagaciones, sobre todo cuando llevamos en cuenta los desdoblamientos de ese grupo en el escenario de la sociedad actual, cuyas características enseñan la fragilidad, discontinuidad y la fragmentación de las relaciones. En este contexto, los lazos parentales como bases de la estructuración psíquica del niño y de su subjetivación también sufren cambios, exigen nuevas salidas y, muchas veces, generan dificultades en formación psíquica de los hijos. Son conflictos relacionados a la precariedad en el ejercicio de las funciones parentales y en las referencias simbólicas de la familia, recursos indispensables a la maduración del niño y a la emergencia de las relaciones intersubjetivas en el grupo. Esas condiciones han producido una dinámica familiar en la cual los síntomas y sufrimientos psíquicos funcionan, con frecuencia, como mecanismos de defensa del grupo y de los sujetos. Estas inquietudes traspasan las reflexiones

desarrolladas en este trabajo, que tiene como objetivo discutir la formación de los lazos en la familia, articulándolos con la emergencia de sufrimientos psíquicos contemporáneos. Estos sufrimientos se presentan, en muchas situaciones, asociados a un empobrecimiento simbólico que ocurre, sobre todo, en el interior de la familia. Cuestiones como constitución del psiquismo, parentalidad, lazos y sufrimiento psíquico son articuladas objetivando contribuir no solamente para la clínica como también para las intervenciones realizadas por los agentes de la salud pública.

Palabras-clave: *Familia, relación padres-hijo, referencias simbólicas, autoridad parental, sufrimiento psíquico.*

La Famille, les Liens et la Souffrance Psychique

Résumé

La constitution des liens dans la famille suscitent beaucoup d'interrogations, surtout lorsque l'on prend en compte les développements de ce groupe dans le contexte social actuel, dont les caractéristiques montrent la fragilité, la discontinuité et la fragmentation des relations. Dans ce contexte, les liens parentaux comme fondements de structuration psychique de l'enfant et de sa subjectivité se transforment aussi, exigeant de nouvelles sorties et, souvent, gèrent des difficultés dans la constitution psychique des enfants. Se sont des impasses qui ont rapport à une précarité dans l'exercice des fonctions parentales et dans les références symboliques de la famille recours indispensables au murissement de l'enfant et à l'émergence des relations intersubjectives dans le groupe. Ces conditions ont produit une dynamique de la famille dans laquelle des syntomes et souffrances psychiques fonctionnent, souvent,

comme mécanismes de défense du groupe et des sujets. De telles inquietations traversent les réflexions développées dans ce travail, qui a comme objectif de discuter la constitution des liens dans la famille, les articulant à l'émergence de souffrances psychiques contemporaines. Ces souffrances se montrent, dans beaucoup de situations, associées à un appauvrissement symbolique qui arrive, surtout, à l'intérieur de la famille. Questions comme: constitution du psychique; parentalité; liens et souffrance psychique sont articulés dans le but de contribuer au clinique ainsi qu'aux interventions réalisées par les agents de la santé publique.

Mots-clés: *Famille, relation pères-enfants, références symboliques, autorité parentale, souffrance psychique.*

Introduzindo

À medida que o patriarcado foi declinando como modelo sociocultural hegemônico a família foi sendo recriada, dando margem à formação de diferentes configurações. Esse movimento da família ao mesmo tempo em que amplia o espaço das relações amorosas, sexuais e procriativas, dificulta o delineamento desse espaço, tornando, às vezes, difícil a diferenciação entre um grupo-família e outras formas de grupo. Esse declínio trouxe consigo também uma flexibilização no quadro relacional da família, uma maior plasticidade na formação das suas parcerias internas e dos lugares de cada membro e, em decorrência, uma espécie de crise dos seus referenciais simbólicos. Tudo isso enseja a busca de novos parâmetros que nos permitam uma maior aproximação dos modelos atuais de relação familiar.

A economia de investimentos psíquicos responsáveis pela constituição dos laços é uma referência que possibilita a aproximação do complexo de relações que organiza a família hoje, em suas diferentes facetas. Os laços parecem

configurar o elemento central que organiza toda modalidade de família. Neste sentido, são eles que fornecem os subsídios para que possamos delinear as funções de um grupo familiar, conceituá-lo e distingui-lo de um outro grupo humano. Sua formação depende dos investimentos de afeto intragrupo, os quais são metamorfoseados permanentemente a partir das demandas subjetivas e sociais que surgem de acordo com as singularidades de cada família. Assim, torna-se cada vez mais difícil a abordagem desses investimentos, sobretudo no contexto das relações parentais, responsáveis pelos fundamentos primários da constituição psíquica da criança.

De um modo geral, podemos dizer que a família hoje é vista com muita inquietação, sobretudo quando se leva em conta as dificuldades na construção dos seus referenciais de autoridade, o que a torna frequentemente incapaz de cumprir com suas funções de cuidar, educar e socializar seus membros. Ao mesmo tempo, é possível dizer que, não obstante os problemas que decorrem daí e as decepções que ela suscita, a família ainda é um refúgio contra a ameaça de desintegração que impera na sociedade fragmentada dos dias atuais.

Constituição dos Laços em uma Sociedade Mutante

Os investimentos recíprocos de afeto são fundamentais não só para a criação do espaço psíquico da família, mas também para a emergência - neste espaço - dos sujeitos e das relações intersubjetivas. É neste contexto, portanto, que ocorre o processamento dos laços, dando origem às relações parentais e fraternas. Estes laços, na atualidade, têm sido confrontados com uma série de peculiaridades relacionadas ao “mal-estar” do mundo atual. Vários autores têm chamado a atenção para algumas evidências de sofrimentos psíquicos e até adoecimentos, oriundos de falhas nos processos relacionais vividos pelos sujeitos, tanto no interior da família como em outras formas de sociabilidade. Sobre esta questão Kaës

(2005) afirma:

Eu evocaria a mutação das estruturas familiares e a fratura dos laços intergeracionais; a notável mudança nas relações entre os sexos (notadamente no status da mulher); a transformação dos vínculos de sociabilidade, de estruturas de autoridade e de poder; e a confrontação violenta resultante do choque entre culturas. Todas essas transformações põem em xeque as crenças e os mitos que asseguram as bases narcísicas de nosso pertencimento a um conjunto social. (p.53)

Nesse sentido, mudanças nas modalidades de pertença aos grupos sociais, desestabilizam as relações intersubjetivas, repercutindo na saúde psíquica dos sujeitos, exigindo destes o uso de defesas para um eventual retorno ao equilíbrio.

Essa afirmação nos inquieta e nos leva a algumas indagações. Em outros termos: Se ruíram os princípios de pertencimento sócio afetivo, o que foi posto no lugar? O que nos permite hoje assegurar um certo pertencimento social? Questões difíceis, respostas mais difíceis ainda. Antes de mais nada, é preciso ter em mente que essas transformações não necessariamente destruíram tais bases e afiançaram outras. Elas geraram um enfraquecimento nas suas legitimações e não uma extinção, o que nos faz crer que as novas performances convivem com as antigas. A parentalidade, por exemplo, como princípio que instaura a cadeia intergeracional na família e institui a base do psiquismo da criança, tem se modificado cada vez mais, no entanto, muitos dos elementos que a sustenta permanecem. Em primeiro lugar, são os laços primários formados a partir dos investimentos pulsionais recíprocos que fornecem o substrato para tal pertencimento. Trata-se de um princípio universal cujo sentido pode ser concebido de formas diferentes, sem que haja, no entanto, negação de sua estrutura. Ele convive, portanto, com

a criação de novas formas de parentalidade. Dentre elas podemos citar a monoparentalidade e a homoparentalidade, que inovam em suas composições e nas suas formas de expressão dos afetos, mas não fogem aos princípios de vinculação e, portanto, de pertencimento.

Ao se referir às nossas bases narcísicas, Kaës (2005) parece afirmar que elas vêm sofrendo certas limitações, na medida em que os princípios de pertencimento também estão ameaçados. De fato, essas bases narcísicas só podem amadurecer se há um outro - em princípio a mãe - para se oferecer como elemento primário de sustentação da onipotência infantil, fundamento do narcisismo primário. Para Winnicott (1993), é confirmando a ilusão infantil de tudo ter e tudo poder que a mãe cria as condições para que o filho se reflita em sua própria face e crie o contorno entre ambos. Encontra-se aí a matriz de pertencimento a um dado lugar. Utilizando uma noção cara a Lebrun (2008), poderíamos dizer que essa matriz surge de uma “incompletude consistente”, ou seja, a necessidade original do bebê de se situar no mundo a partir de um outro que sustente seu desamparo, exige a presença consistente de uma mãe que marque, dessa forma, a limitação da criança. Ao mesmo tempo em que ela adquire um pertencimento social, inicia seu processo de humanização baseado em uma rede de laços, tecida inicialmente, no espaço da família.

Assim, as mudanças embora radicais em certos casos, não eliminam do cenário as formações parentais e familiares antigas. Entretanto, é preciso considerar que sejam quais forem as modalidades de laços, elas exigem, para consecução dos princípios de pertencimento, que haja legitimidade das referências e dos limites entre os sujeitos e suas funções no grupo. Isto significa dizer que essas referências são indispensáveis para as trocas afetivas no grupo e, sobretudo, para que cada indivíduo se constitua como sujeito diante de um outro que lhe precede.

É necessário, portanto, observar que a constituição dos laços depende de uma legitimação consistente das re-

ferências que deverão oferecer à criança as condições de possibilidade para seu amadurecimento psíquico. Surgem aqui alguns problemas, assinalados por diferentes críticos da sociedade. Bauman (2004), preocupado com essas evidências, sugere que hoje os laços já nascem fragilizados, uma vez que se constroem em uma sociedade individualista na qual são privilegiadas as demandas de consumo de cada sujeito, isoladamente. Isso significa dizer que o consumo desenfreado de hoje circunda a vida de todo cidadão que investe aí como forma rápida, mas ineficaz, de conter seus excessos pulsionais. Tal comportamento revela o imediatismo como tentativa de saída da angústia incontida ou mal contida, dadas as condições precárias que tem o sujeito de sustentar esses excessos.

Seguindo essa mesma dimensão crítica, Lipovetsky (2007), evoca as contradições inerentes à avidez na busca da satisfação relacional que caracteriza nossos tempos. Para ele se a individualização da família por um lado pode fortalecer os vínculos afetivos dentro do próprio grupo, por outro favorece as decepções e mágoas nas diferentes parcerias do grupo. Dito de outro modo, o aumento das expectativas nas relações privadas gera também um incremento das insatisfações e exacerbam os conflitos internos, principalmente quando se trata da renúncia que os pais fazem do exercício de suas funções junto aos filhos. Desse ponto de vista, é possível entender que o retorno à família não significa que suas funções internas estejam asseguradas, e que o grupo promova a contenção dos seus membros levando-os a um autocontrole e à criação de uma posição singular diante de um outro complementar. Em nossa sociedade individualizada, essa condição complementar encontra-se ameaçada, na medida em que os laços mal feitos negligenciam a presença do outro. Evidenciam-se, assim, comprometimentos não só nos laços como nos próprios processos de subjetivação.

Enfim, é amplo o debate que aponta os impasses vividos nas transformações dos laços contemporâneos, en-

tretanto, é preciso levar em conta que elas respondem às solicitações inerentes à mutabilidade natural das diferentes redes de sociabilidades. Nessa direção Lipovetsky (2007, p. 80) afirma que: “A sociedade contemporânea é uma sociedade de desorganização psicológica que se reflete no processo de revigoração subjetivo permanente, mediante uma pluralidade de ‘propostas’ que permitem reviver a esperança da felicidade”. Assim, é preciso observar - sem prejulgamentos - em que medida essa flexibilidade e fluidez dos laços repercutem nos processos de subjetivação que têm origem na família, associando-as, ou não, às formas contemporâneas de sofrimentos psíquicos.

A Parentalidade como Referência Primordial na Constituição Psíquica da Criança

Sabe-se que o desamparo original e a imaturidade física tornam o bebê totalmente dependente da mãe que precisa adaptar-se às suas necessidades, e oferecer os cuidados por meio dos quais ele obtém não só a satisfação física, como também os recursos psíquicos para dar continuidade ao seu amadurecimento. É a partir destas condições que a mãe torna-se o primeiro objeto de amor do bebê, criando com ele uma linha de continuidade dos investimentos de afeto que tiveram início na gravidez. A partir daí a criança também será recebida pelo pai, que precisa reconhecê-la como filho(a) e assim ampliar sua rede de afeto. Estão, assim, criadas as condições para sua inserção na cultura. A experiência subjetiva de tornar-se pai/mãe pressupõe um processo no qual é necessário que o sujeito revise o tempo e lugar em que foi filho(a) e daí refaça esse caminho, atribuindo-lhe novos sentidos. Sem desocupar o lugar de filho ele(a) precisa agora criar para si a posição de pai/mãe, constituindo um novo elo na cadeia geracional, na qual precisa também realocar seus pais e atribuir-lhes as posições de avô e avó. Trata-se, portanto, de um realinhamento onde deve preponderar a recriação da história de cada sujeito (Darchis, 2000).

Todo esse processo - demasiadamente complexo - é imprescindível à criação do lugar e função de pai e mãe, sem esquecer que ambos são construções que se iniciam antes do nascimento da criança e prosseguem nos seus primeiros anos de vida com a participação ativa desta. A criança convoca os pais a iniciarem o processo de parentalização, que em sua estrutura pressupõe: o desejo de procriar; a capacidade de resignificar suas experiências primárias como filhos; a identificação com os filhos desde os primeiros momentos de vida da criança, e a possibilidade de ambos se nomearem reciprocamente. Sem essa dinâmica, subsiste apenas um laço biológico e/ou social entre pais e filhos.

As diferentes formas de reprodução existentes hoje revelam que o recurso biológico é apenas uma das possibilidades de procriar. Adotar psicologicamente a criança, ou seja, investi-la como filho(a) e inserir-se com ela em uma cadeia geracional, é, portanto, o principal fundamento para a configuração das relações parentais.

Na ausência dessas condições, não haverá pais e, nesse caso, é preciso criá-los, buscando pessoas que desejem assumir esse lugar. É fundamental reconhecer na criança uma capacidade para mobilizar elementos substitutivos. Ocorre que, muitas vezes, ao procurá-los ela encontra o vazio, o qual tenta preencher com os poucos recursos psíquicos que tem. Esgotando esses recursos, passa a agir no ambiente sem que suas forças de autocontenção tenham amadurecido. Essas forças dependem sobremaneira da presença do outro (mãe e pai) que, sustentando os excessos pulsionais da criança, permite a esta pouco a pouco exercer sua própria contenção. Esses são os primeiros exercícios da lei parental cuja eficácia permite à criança criar seus limites diante do outro e amadurecer sua posição subjetiva com a qual será um novo elo em uma cadeia de vários outros.

A criação dessa lei interna depende, sobretudo, de uma legitimação necessária das figuras que a representam, particularmente os pais. Isso significa que a criança passa a ser

regulada por instâncias e valores próprios à relação parental. Nessas circunstâncias, ela deve responder aos desígnios dos pais, e estes, precisam dar conta das demandas dos filhos, sustentando as tensões e conflitos inerentes aos limites que devem ser impostos nessa relação. Uma vez assimiladas, junto a essas figuras, as leis adquirem um sentido simbólico e passam a regular as trocas da criança com o mundo, sem que seja necessária a presença real das figuras originais. A simbolização assim compreendida pressupõe um contexto no qual a assimilação de muitos dos objetos do mundo e suas nomeações, independem da presença concreta desses objetos. Comprometimentos nessa função poderão dificultar a internalização da lei e a convivência com os limites necessários ao reconhecimento de si e do outro, condições que possibilitam a inserção da criança na rede de intersubjetividades.

Empobrecimento dos Referenciais Simbólicos e Sofrimento Psíquico

Nos últimos anos tem sido evidenciada tanto em situações clínicas como no cotidiano das relações familiares, uma espécie de enfraquecimento das referências simbólicas suscitando, em decorrência, dificuldades de inserção da criança no mundo da cultura e das relações intersubjetivas. Isso significa que a criança passa a conviver com uma polivalência de referências e objetos destituídos de autoridade. Tal ampliação de referências pode dificultar o amadurecimento da criança já que ela não precisa de tantas, mas apenas daquelas que se oferecem como objeto de identificação e, portanto, como modelos primários a serem seguidos nos seus primeiros anos e recriados ao longo de toda a vida. Quanto mais imatura a criança, maior será a importância dessas referências para suportar suas angústias, seus excessos pulsionais, e favorecer a criação de um espaço próprio de contenção de si. Resumindo, a criança precisa de alguém, com quem possa se identificar e adquirir as condições de amadurecimento necessárias à sua autonomia. Ela precisa depender desse alguém e a partir daí conquistar,

paulatinamente, sua relativa independência no mundo.

Tudo isso requer que as funções dentro da família sejam claras e operacionais. Uma mãe que não acolhe o filho e o reconhece como tal, não é mãe, assim como um pai que não exerce sua autoridade e sua prerrogativa de fazer fronteira na relação mãe-filho, não é pai, é apenas um projeto que não deu certo. Um pai sem função paterna não está implicado com seu filho e por isso dispõe deste para qualquer coisa, inclusive para violentá-lo. Não seria esta uma questão a ser pensada quando se trata da pedofilia, tão perversamente frequente nos dias de hoje? Essa é uma reflexão sugerida por Lebrun (2008) que também chama atenção para a necessidade de pensarmos a autoridade paterna como produto de um conjunto de relações que a sustenta. Ele diz:

É preciso uma convivência, ou melhor, um entendimento, ainda que tácito, para que o pai sustente esse não 'enquanto autoridade'. É preciso que todos, ou quase todos, tenham em comum a mesma ficção... Em suma, para que a função paterna funcione é preciso, pelo menos, uma condição: que essa função esteja encostada numa construção, numa montagem simbólica. A consequência dessa proposição é evidentemente que, se essa montagem ficar caduca, a função paterna não funciona mais ou não funciona muito bem. (Lebrun, 2008, p. 267).

As referências sugeridas acima dizem respeito às figuras parentais primárias, mas elas não são as únicas. Além dessas figuras, é possível falar de várias outras, fundadas em algumas instituições como a família, em seu caráter grupal, e a escola como substrato da educação, responsável pela implementação e ampliação da vida social e cultural da criança. Estas também vivem crises de autoridade e suas funções junto às crianças necessitam de ressignificações. No caso da família, embora ela permaneça como um lugar primário de pertencimento do sujeito, suas funções têm sido

esvaziadas, dando lugar a experimentações que nem sempre atendem às demandas de formação dos seus sujeitos. Dito de outro modo, e ressaltando que não são as inovações per se que corrompem suas funções, é preciso considerar que estas precisam ser exercidas levando-se em conta os sentidos e idiossincrasias dos lugares e posições complementares de cada membro. Cada sujeito do grupo tem uma função diante do outro e a ausência dessa interfunção prejudicará a emergência das subjetividades no grupo.

Pois bem, autores como Lebrun (2008), têm se referido a uma certa falência dos referenciais de simbolização como uma característica atual que repercute no amadurecimento da criança. Para eles, a não concentração das referências primárias, aliada à falta de legitimação da autoridade, contribuem para um empobrecimento do universo simbólico. Além disso, ele também seria uma resposta ao mundo eminentemente mercantil e pragmático no qual vivemos. Diante da concretude do mercado e das estratégias de sobrevivência que ele impõe, não cabe pensarmos na representação do mundo via sistema de símbolos. Tal constatação tem repercussões importantes nos processos de subjetivação que dependem, sobretudo, do assujeitamento a um sistema simbólico. É esse sistema que permite à criança experimentar a falta e o vir a ser como elementos indispensáveis à sua constituição. A ausência ou empobrecimento dos referenciais simbólicos produziria um vazio, cuja tentativa de preenchimento viria do consumo de objetos e de relações, incapazes de sustentar a angústia inerente à falta original.

Ao refletir sobre essas questões Birman (2007) sugere que, tanto o empobrecimento dos processos de simbolização quanto a fragilidade dos investimentos narcísicos primários, suscitam perturbações nas quais a passagem ao ato domina a regulação psíquica, promovendo descargas sobre o corpo e a ação. Essas perturbações, embora tenham uma mesma origem, se manifestam de formas muito diferentes e são quase

sempre marcadas por uma precariedade nas fronteiras das relações intra e intersubjetivas. Todas elas parecem indicar, portanto, efeitos de um prolongamento do desamparo original, produzindo defesas, sob a forma de violência contra si mesmo e o outro.

A passagem ao ato assinalada por Birman (2007) parece coincidir com algumas queixas dos pais que se dizem incapazes de conter a voracidade dos filhos, cada vez mais entregues ao consumo desmedido, seja de MacDonal, de Internet ou de grifes. Mas há também os filhos que fazem parte do círculo do Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), cujos sintomas revelam crianças agitadas, irrequietas, que se tornam incapazes de sustentarem seus impulsos e acabam comprometendo a criação das fronteiras que marcam suas relações intersubjetivas. Não é possível negar o caráter somático de algumas dessas manifestações, mas também não podemos negligenciar o fato de que a inquietude dessas crianças pode se originar de uma insuficiência na sustentação emocional que os pais deveriam lhes oferecer.

Um olhar sobre o cotidiano das relações parentais parece indicar que, em muitos casos, os filhos exigem a permissividade de seus pais. Cientes da vulnerabilidade destes, eles impõem de forma peremptória seus pedidos e não deixam espaço para serem contrariados. Quase tudo se passa em um cenário no qual todos os atos são dirigidos pelos filhos, tendo os pais como atores coadjuvantes. Seguindo esse raciocínio, Lebrun (2008) afirma que as crianças agem como se cobrassem dos pais uma fatura adicional por terem cumprido com seus ideais de procriação. Como se dissessem, “já que me quiseram, agora arquem com meus caprichos”. Para este autor:

Hoje, pais e filhos são convidados a negociar contratos, o que para alguns é muito democrático mas não condiz com as premissas de uma autoridade educativa. No caso das relações parentais é necessário que se vá além do contrato. De que natureza então é esse laço que vai além do caráter contratual? Só podemos

defini-lo como se resultasse de um pacto, isto é, de uma relação que inclui em seu seio a negatividade, a subtração de gozo que cada um dos dois parceiros aceitou e que faz deles seres humanos, em outras palavras, seres submetidos a uma lei que vai mais além deles, da qual ninguém é proprietário e que não está à disposição de ninguém. (Lebrun, 2008, p.187)

É preciso ressaltar que a formulação dos pactos exige - por parte dos sujeitos envolvidos - o enfrentamento das frustrações advindas das faltas e os sofrimentos suscitados pelas não realizações e dores de perdas e rupturas. Surge então o impasse, nem os filhos abrem mão do gozo total, nem os pais aguentam não satisfazê-los. Equação infalível para que os pais abandonem suas posições e os pedidos dos filhos se tornem imperativos. Assim, ao invés de exercerem suas autoridades, os pais adotam a sedução em suas relações com os filhos, fazendo uso, muitas vezes, de ofertas desmedidas de consumo material como forma de obterem respostas às suas determinações. Ora, toda sedução tem seu preço e ele será cobrado, em faturas difíceis de serem liquidadas.

Deste modo, a passagem ao ato já referida, parece diretamente associada à precariedade da autoridade parental que, por sua vez, está vinculada às fragilidades das referências simbólicas. Essa forma de funcionar revela que tais circunstâncias desfavorecem a emergência de uma condição estrutural e instrumental para o enfrentamento dos excessos pulsionais, que precisam ser contidos. Nessas circunstâncias, os indivíduos são regulados pelos seus próprios impulsos, o que, naturalmente, dificulta a vida relacional e impõe alguns sintomas e sofrimentos, decorrentes, em grande medida, da impossibilidade de levar a diante as trocas com o outro. Os fracassos e as repetições nas relações amorosas, o uso abusivo de aditivos como forma de alienação e fuga dos conflitos, o consumo exacerbado de bens materiais como tentativa de sustentar o vazio de si mesmo, são alguns dos recursos defensivos utilizados contra a impossibilidade de autocontenção.

Além disso, alguns estudos (Eiguer, 2000; Passos, 2007; Parseval, 2008) apontam que a ausência de laços parentais e, portanto, de um outro como princípio do reconhecimento do(a) filho(a) e do lugar que este(a) deve ocupar na cadeia familiar, pode dar origem a um sofrimento psíquico gerador de violência, dirigida a si mesmo e/ou ao mundo externo. Essa violência também estaria associada às ações, efeitos da impossibilidade de uma elaboração simbólica. Nesse caso, os indivíduos estariam agindo como única forma de expulsarem a força pulsional, cujo alvo não foi possível atingir. Assim, um ato de violência traz consigo não só uma impossibilidade de simbolização, mas também a emergência de impulsos em um fluxo que o sujeito não foi capaz de conter.

Repercussões...

Um grande desafio das pesquisas atuais sobre família é compreender as repercussões das suas novas configurações na constituição psíquica e nos processos de subjetivação de seus filhos, e, de modo geral, na saúde psíquica dos seus membros. Parte-se da premissa de que o fim da hegemonia do modelo patriarcal deu margem a uma reinvenção dos investimentos afetivos no interior da família, tendo como efeito uma proliferação de modelos, cada qual com suas singularidades, embora no plano geral continuem sustentados por alguns princípios organizadores desse grupo, como: a economia psíquica dos investimentos; a formação dos laços intersubjetivos que organizam os lugares de cada membro; a constituição da parentalidade e o reconhecimento da criança como filho(a); o lugar da criança na cadeia familiar; e a criação dos referenciais simbólicos associados ao exercício da autoridade parental.

Deste modo, as novas configurações da família se formam a partir de uma estreita relação entre estes organizadores e as imposições sociais traduzidas de formas diferentes nos processos de subjetivação que ocorrem em cada grupo. É na fronteira entre esses dois contextos que se

situam as linhas de tensão, próprias à criação de um tipo de funcionamento familiar responsável pela emergência do sujeito psíquico. É também aí que se torna possível verificar os impasses inerentes às demandas de constituição dos laços afetivos e de socialização, numa sociedade onde eles já se formam efêmeros, frágeis e descontínuos.

Diante destas constatações, creio ser possível pensarmos numa estreita associação entre as dificuldades na relação pais- -filhos e os problemas relativos à violência desmedida, ao uso de drogas e a criminalidade, que imperam nos dias atuais. Trata-se de uma relação muito complexa, que exige exames cuidadosos, e, principalmente, um olhar humanista que - para além dos ditames teóricos e metodológicos - possibilite aos agentes de saúde observar as condições de que uma criança necessita para se humanizar. Sem dúvida, a precariedade do ambiente familiar e, principalmente, o desamparo das crianças no que concerne às suas demandas de saúde psíquica são fontes incisivas de sofrimento e de “estratégias de sobrevivência”, responsáveis por violências individuais e coletivas. Entretanto, é preciso levar em conta que os pais são elos de uma cadeia familiar, na qual todos os sujeitos estão envolvidos e são responsáveis, conjuntamente, pela criação de suas histórias. Sem que isso signifique perda das singularidades.

É necessário que suas condições de vida também sejam consideradas e que os gestores da saúde pública observem que, para além de qualquer tipo de planejamento que venha a ser implantado, é necessário priorizar não só as questões relativas ao processo de parentalização, mas, também, as condições físicas e emocionais necessárias ao amadurecimento das crianças. Embora nem sempre as realizações das políticas públicas de saúde abordem a problemática psíquica das relações familiares, elas têm sido sensibilizadas para esta direção. É necessário, no entanto, a implantação de trabalhos que privilegiem uma aproximação entre pais e filhos, que levem em conta as impossibilidades dos pais de assumirem suas funções e a possibilidade de transformar tal condição. E ainda,

que formem cuidadores capazes de investir psiquicamente nas crianças em situação de desamparo. Todas estas são questões fundamentais à criação dos laços, indispensáveis ao amadurecimento e à saúde psíquica.

Referências

- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Birman, J. (2007). *Laços e desenlaces na contemporaneidade*. *Jornal de Psicanálise*, 40(72), 47-62.
- Darchis, E. (2000). L'instauration de la parentalité et ses avatars. *Le Divan Familial: Revue de Thérapie Familiale Psychanalytique*, 5, 27-42.
- Kaës, R. (2005). *Os espaços psíquicos comuns e partilhados: Transmissão e negatividade*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lebrun, J. P. (2008). *A perversão comum: Viver juntos sem outro*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico.
- Lipovetsky, G. (2007). *A sociedade da decepção*. Barueri, SP: Manole.
- Parseval, G. D. (2008). *Famille à toutprix*. Paris: Seuil.
- Passos, M. C. (2007). A constituição dos laços na família em tempos de individualismo. *Mental- Revista de Saúde Mental e Subjetividade*, 5(9), 117-130.
- Winnicott, D. W. (1993). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes.

Recebido em 09 de Novembro de 2010

Aceito em 01 de Julho de 2011

Revisado em 15 de Agosto de 2011